



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Patrimônio Imaterial no Brasil: trajetórias, participação social e políticas de reconhecimento.

v 9 | n 17 | jul-dez 2020

Políticas para a capoeira: patrimônio cultural como reconhecimento e acesso à cidadania

Gabriel da Silva Vidal Cid



Edição eletrônica

URL: [NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br))

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

CID, Gabriel da Silva Vidal. Políticas para a capoeira: patrimônio cultural como reconhecimento e acesso à cidadania. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 9, n. 17, p. 175-192, jul-dez 2020. Semestral.

© NAUI

Políticas para a capoeira: patrimônio cultural como reconhecimento e acesso à cidadania

Gabriel da Silva Vidal Cid¹

Resumo

O artigo apresenta uma reflexão acerca das políticas culturais para a capoeira, considerando adesões e tensões existentes na relação entre o Estado e os capoeiristas. A análise busca uma interpretação do processo de registro da capoeira como patrimônio cultural imaterial do Brasil e o processo de salvaguarda, associando ao panorama mais geral de ampliação das políticas culturais, do alargamento da concepção de patrimônio cultural e os usos da ideia de cidadania cultural para refletir sobre possibilidades de reconhecimento e participação nas políticas de memória.

Palavras-chave: Políticas culturais. Patrimônio cultural. capoeira.

Abstract

The article presents a reflection on the cultural policies for capoeira, considering adhesions and tensions existing in the relationship between the State and capoeiristas. The analysis seeks an interpretation of the process of registering capoeira as an intangible cultural heritage in Brazil and the safeguarding process, associating it to the more general panorama of expanding cultural policies, expanding the concept of cultural heritage and the uses of the idea of cultural citizenship for reflect on possibilities of recognition and participation in memory policies.

Key-words: Cultural policies. Cultural heritage. Capoeira.

¹ Doutor em Sociologia, em estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: gabrielsvuid@gmail.com.

Apresentação

O registro da capoeira como patrimônio cultural imaterial do Brasil aconteceu em 2008. Esta ação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) pode ser compreendida dentro de um conjunto de políticas para a prática iniciadas em 2004, em sintonia com um longo processo de revisão dos paradigmas da concepção do que deve compor o patrimônio cultural brasileiro². Ainda que possamos recuar décadas para compreender o processo de alargamento da noção de patrimônio, no que cabe ao debate deste artigo podemos afirmar que a capoeira teve relevância nas políticas culturais apenas nos governos dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Este novo lugar trouxe questões para a prática, tratada dentro de nova política para a cultura, com certo destaque para os detentores³ no planejamento das ações.

Busco avançar, neste artigo⁴, em algumas das interpretações realizadas na investigação para a tese de doutorado em sociologia, *A memória como projeto: tensões e limites no processo de patrimonialização da capoeira*, defendida em 2016, no Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Meu objetivo principal na tese foi perceber os sentidos nas políticas que acionaram a prática da capoeira como objeto de ação, valorizando uma metodologia sensível às tensões do campo da capoeira. O caso da capoeira possui algumas especificidades, pois se trata de um bem que passou por décadas de repressão e com uma trajetória complexa de construção de sua identidade. É importante reconhecer este passado da capoeira, considerando a repressão que sofreu, notadamente ao final do século XIX, e o longo processo de racismo institucional⁵ brasileiro que a localizou segundo termos externos

² Não seria viável, no espaço deste artigo, aprofundar o debate sobre o processo de ampliação da noção de patrimônio cultural, mas há consenso na literatura para o surgimento de novas ideias no final dos anos 1970 (Fonseca, 1996 e 2001) e um longo processo de debates e ações ocorridos ao longo da década de 1980 e 1990 (Sant'Anna, 2012). Sobre a trajetória da noção de patrimônio cultural no Brasil, ver Chuva (2011) e Nogueira (2008).

³ Utilizo a categoria “detentores”, aproximando-a do debate feito por Carlos Vainer (2003) no conceito de “atingidos”, compreendido em constante disputa política, dizendo respeito a reconhecimentos, legitimação de direitos, considerando a expansão de sua abrangência, nos últimos 30 anos.

⁴ Uma versão inicial deste artigo foi apresentada no II Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural – GT História e Patrimônio Cultural – ANPUH Brasil, em outubro de 2018, como o título *O Registro da capoeira como Patrimônio cultural: usos da cultura como alargamento da cidadania nas políticas culturais*.

⁵ Embora esteja fazendo uso do termo racismo institucional visando reforçar elementos de construção de hegemonias, minha leitura se baseia na interpretação do caráter estrutural conformador de determinado projeto baseado na ideia de raça na construção de hierarquias e na capacidade de políticas antirracistas e dos movimentos sociais atuarem positivamente na desconstrução do racismo como marcador social. Ver Almeida (2018).

à prática. Quero reforçar com isso que a capoeira por longo tempo negociou com classificações segundo categorias e concepções externas a ela. Neste caminho, passou por localizações⁶ do espaço marginal da sociedade ao do esporte e do folclore e, atualmente, é reinterpretada como patrimônio cultural.

Ao longo do século XX, com a redução da repressão institucional, a localização da capoeira oscilou entre o esporte e o folclore, definindo espaços e projetos possíveis para a prática⁷. Privilegiei na pesquisa as políticas culturais recentes, entendendo que há uma relação entre o caminho de ampliação da concepção da cidadania e a valorização das práticas entendidas como da memória afro-brasileira. Tendo como lastro o conceito de cidadania cultural e as lutas pelo direito à memória, um dos objetivos deste artigo é colaborar para a compreensão do lugar dos capoeiristas na tomada de decisão e formato das políticas públicas.

A proposta é analisar como os capoeiristas interpretaram e jogaram com as ações do Estado, buscando a interpretação dos processos de participação e tomada de decisão, seus limites e avanços no recorte das políticas de patrimonialização. Analiticamente, retomo o caminho de trazer três chaves de análise para esta reflexão: a cidadania, considerando a tensão na ideia de múltiplos pertencimentos e a universalidade; a memória coletiva, enquanto instrumento de legitimação e configuração de experiências, subjetividades e projetos individuais e coletivos; e o patrimônio cultural, enquanto instrumento de consagração de bens e grupos que relaciona a cidadania à memória coletiva (Cid, 2016). Na medida do espaço de um artigo, não será possível discorrer acerca destas três chaves de reflexão, mas cabe destacar que interpreto as políticas para o patrimônio cultural como uma forma de o Estado lidar com a memória coletiva, definindo abrangências da cidadania⁸. Este arranjo conduz minha interpretação das políticas em jogo.

⁶ Nos estudos sobre processos de modernização, Anthony Giddens (1991) ressalta a importância dos mecanismos de *desencaixe* e *reencaixe*. Como recurso metodológico, as categorias de desencaixe e reencaixe me permitem interpretar processos de localização da capoeira onde instituições vão marginalizá-la ou celebrá-la, a partir do trabalho de “sistemas peritos”.

⁷ Faço uso do conceito de projeto, como proposto por José Maurício Domingues (2002), que nos permite pensar em ações futuras dos indivíduos, assim como de coletividades, orientadas a partir de escolhas e estratégias negociadas na experiência social. Em suas palavras, “escolhas e projetos possuem bases sociais, sem prejuízo do labor da coletividade, da imaginação, em sua urdidura. Eles variam graças a essa criatividade constitutiva e incansável bem como em função de sua interação com outras escolhas e projetos individuais e coletivos; são às vezes abandonados e podem ser descontínuos, sendo sempre contingentes em seu desdobramento e sucessão” (Domingues, 2002, p. 57). Avanço no debate sobre os diferentes projetos na capoeira em Cid (2019).

⁸ Opero o conceito de cidadania como um conceito-tendência. Para José Maurício Domingues (2014), conceitos-tendência (*trend-concepts*) indicam movimentos de subjetividades coletivas com algum grau de centramento e intencionalidade. Em minha interpretação, a cidadania expressa um conteúdo ou sentido que pauta ações concretas dentro de um imaginário de democracia e modernidade. Sobre cidadania no Brasil, ver Carvalho (2002), Lavalley (2003), Souza (2003) e Holston (2013).

Os caminhos da capoeira

A capoeira passa por interpretações desde o século XIX, atingida por políticas de criminalização e posteriormente outras que a localizaram na esfera do esporte ou do folclore. Estas interpretações definiram lugares para a prática, exigindo de seus praticantes a demarcação de projetos para um presente estratégico no planejamento de um futuro possível. Estes projetos, ao longo do século XX, negociaram dentro de suas possibilidades a construção de identidades entre a “esportivização” e a “culturalização” da capoeira. O que estou chamando de esportivização e culturalização da capoeira abarca ações inseridas em projetos que se constituem como espaços de ação, intenções e possibilidades de identificação entre os campos⁹ do esporte e do folclore. Estes espaços não se constituem de forma estanque e não são rigidamente exclusivos em seus resultados.

A criminalização da capoeira teve seu momento de maior intensidade no final do século XIX e atuou na construção de uma imagem estigmatizada de seus praticantes (Dias, 1993 e 2000; Soares, 1994). Não obstante todo o aparato repressivo material e simbólico à prática, a despeito desta localização, a sobrevivência da capoeira foi possível dentro de um processo de resistência e de reinterpretação. Este processo foi viável na manutenção de alguns de seus elementos e aspectos que puderam ser associados a práticas marciais e esportivas, ou como memórias de práticas que os africanos e seus descendentes trouxeram e desenvolveram no Brasil. Estas duas entradas reforçaram a construção dos dois projetos que tensionam a identidade da capoeira e que chamo de esportivização ou culturalização. Estes projetos foram consolidados ao longo da segunda metade do século XX, no processo de institucionalização da prática, especialmente em coletivos conhecidos como escolas, associações ou grupos de capoeira. Embora este processo não seja exclusivo a Salvador, são os capoeiristas baianos os identificados como fundadores da capoeira praticada por estes coletivos, transmitida ao longo de décadas em espaços formais ou não e, atualmente, com notável presença em escolas e universidades, no Brasil e no exterior.

A institucionalização da capoeira se constitui num complexo processo de manutenção e transformação de seus elementos, na construção de uma identidade tensionada por políticas

⁹ Optei por trabalhar com uma leitura flexível da concepção de campo de Bourdieu (2005 e 2007) que valoriza as posições e formas de constituição de hierarquias, as regras que estruturam e operam no interior e entre o que o autor considera como “campos”. Em suas palavras: “as posições sociais que se apresentam ao observador como lugares justapostos, partes extra partes, em uma ordem estática, formulando a questão inteiramente teórica dos limites entre os grupos que os ocupam, são inseparavelmente localizações estratégicas, lugares a defender e conquistar em um campo de lutas” (Bourdieu, 2007, p. 229).

públicas para o esporte e o folclore, ao longo do século XX. Importante pensarmos estas alterações imersas no processo mais amplo de modernização da sociedade brasileira. O projeto de esportivização se consolidou entre as décadas de 1930 e 1980, e ainda possui forte representatividade nos diversos segmentos da capoeira¹⁰. Já o projeto culturalizante começa a se fortalecer no início do século XX, estreitando o diálogo com as falas sobre o folclore brasileiro, especialmente a partir da década de 1950¹¹. A narrativa da capoeira como folclore está mais próxima das justificativas para as políticas atuais do patrimônio (Cid, 2016). As políticas culturais associadas ao registro da capoeira apresentam um novo momento e se somam às tensões deste campo multifacetado.

As políticas recentes para a capoeira

Pode-se afirmar que, no Brasil, o Estado é o principal ator de legitimidade no discurso oficial da memória e do patrimônio cultural. Na constituição de 1988, nos artigos 215 e 216, o Estado brasileiro sustenta para si a responsabilidade do patrimônio cultural brasileiro e o determina como “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

As políticas recentes para a capoeira a colocaram num lugar até então inédito de destaque no conjunto das políticas culturais, trazendo-a decisivamente para o âmbito da memória institucional, via patrimônio cultural. Como apontei acima, entendo que esta política está em sintonia com concepções de ampliação da cidadania, especialmente no que concerne às ideias de cidadania cultural que progressivamente ganham força desde as lutas pela redemocratização dos anos 1980 (Chauí, 2006). Estas políticas expressam o acesso ao campo institucional da cultura de setores até então desprivilegiados nas políticas de memória (Santos, 2007), que vinham por diversos caminhos tencionando a extensão de direitos convergentes às lutas por reconhecimento de passados de exclusão. No âmbito da cultura, essas demandas encontraram reverberação e conseguiram fortalecer processos de ressignificação do passado, agora

¹⁰ Análises sobre a localização da capoeira no âmbito do esporte podem ser lidas em Vieira (1995), Costa (2007) e Fonseca (2009), os conflitos entre a capoeira e o sistema de organização da Educação Física é destacado especialmente nos dois últimos autores.

¹¹ Sobre o diálogo da capoeira com o que podemos chamar de folclore, ver Vassallo (2003).

entendido como ativo na busca por direitos que podem ir do reconhecimento à redistribuição social¹².

Estudos afirmam que a gestão de Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura (Minc) (janeiro de 2003 a julho de 2008) é lida como de dilatação das políticas para a cultura (Dória, 2003; Alves, 2011; Calabre, 2015). Destaca-se neste momento a entrada de intelectuais de novo tipo, no estabelecimento de ações em sintonia com perspectivas internacionais de cultura, afeitas a novos atores e à apropriação de temas da cultura popular, na busca de subsídios à formação da identidade nacional e potencializando o desenvolvimento das comunidades (Domingues, 2010; Turino, 2013).

Em agosto de 2004, pode ser localizada a entrada da capoeira na agenda das políticas culturais. Neste momento, Gilberto Gil foi a Genebra realizar um show em homenagem ao embaixador brasileiro Sérgio Vieira de Mello, morto em atentado terrorista no Iraque, e, ao lado de diversos capoeiristas, anunciou o *Programa Brasileiro e Internacional para a Capoeira*. O registro da capoeira, ocorrido em julho de 2008, é um dos resultados deste programa, assim como uma série de ações que se misturaram às de patrimonialização.

Importante destacar que a capoeira é alçada como um projeto pessoal do ministro, como demonstra seu engajamento no lançamento do *Programa Brasileiro e Internacional para a Capoeira*¹³. Especificamente para a capoeira, observa-se na gestão de Gil e de seu substituto, Juca Ferreira, o investimento numa agenda que pode ser elencada nos seguintes programas: *Programa Capoeira Viva* (2005, 2006 e 2007); *Inventário para o Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasil* (2006); *Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira – Pró-Capoeira* (2010); e as subseqüentes ações compreendidas como de salvaguarda da capoeira.

O *Programa Brasileiro e Internacional para a Capoeira* apresentava as seguintes ações:

1. A construção de um calendário anual, nacional e internacional, da capoeira; 2. A criação de um Centro de Referência, em Salvador, como espaço de pesquisa, documentação e atividades ligadas à capoeira; 3. A criação de um programa a ser

¹² Eisenstadt (2001) identifica, ao longo da segunda metade do século XX, uma pluralidade de movimentos, heterogêneos em suas reivindicações e possíveis soluções. Para minha questão é importante salientar um sentido de valorização do passado como estratégia de pertencimento. As contribuições de Fraser e Honneth (2003) se tornaram referências para pensar limites e soluções entre o reconhecimento e a redistribuição e as de Butler (2003) para a problematização da definição de estratégias comuns possíveis no campo da identidade.

¹³ Em entrevistas com os coordenadores do processo de inventariamento para o registro, foi destacada a iniciativa do ministro para a patrimonialização da capoeira, ver Cid (2010). Geslline Braga (2017) afirma que em 2003 houve uma solicitação de registro por parte da, à época, deputada federal, Alice Portugal (PCdoB/BA), no entanto, com bem lembra a autora, não cabe ao poder legislativo pedidos de registro, neste sentido compreendo em 2004 o início das políticas de patrimonialização da capoeira.

implementado em escolas de todo o Brasil pelo Ministério da Educação, considerando a capoeira como prática cultural e artística, e não apenas como prática desportiva; 4. A criação de uma previdência específica para capoeiristas e artistas em geral; 5. O oferecimento de apoio diplomático aos capoeiras que vivem no exterior, considerando-os como embaixadores da cultura brasileira, e reconhecimento do notório saber dos mestres; 6. O lançamento de editais de fomento para projetos que usem a capoeira como instrumento de cidadania e inclusão social¹⁴.

Ao longo do ano de 2006 as políticas tiveram um maior impacto na comunidade da capoeira, especialmente a partir do lançamento dos editais *Capoeira Viva*. A partir deste momento, era possível perceber uma série de ações públicas de fomento, no sentido de reconhecimento da capoeira na ideia de “discriminação positiva”. Esta ideia pode ser lida na fala de Juca Ferreira, em 2006, no lançamento do *Programa Capoeira Viva*, quando secretário executivo do Ministério da Cultura (Minc):

(...) desde que o Ministro da Cultura Gilberto Gil assumiu o Ministério, tomou a decisão de que não sairia do Ministério sem modificar a relação do Estado brasileiro com a capoeira. (...) Durante muito tempo a capoeira foi perseguida, era associada a uma questão de polícia no Rio, na Bahia, Pernambuco (...). Mas hoje a gente vive um momento importante na sociedade brasileira, que é a tentativa de reparar esse erro histórico e recolocar a questão da República, dos direitos e oportunidades iguais para todos, e a capoeira não poderia estar fora disso¹⁵.

Juca Ferreira realça a leitura das ações para a capoeira como instrumento de reparação, frente ao reconhecimento de um processo histórico de exclusão, apresentando um projeto maior de valorização que considera a memória no âmbito dos direitos. Mais duas versões da *Chamada Pública Capoeira Viva* foram lançadas em 2006 e 2007, e, assim como a primeira, patrocinadas pela Petrobras, uma empresa estatal de economia mista, por meio da Lei de Incentivo à Cultura. Não obstante a grande adesão da comunidade de capoeiristas às chamadas, elas não foram aceitas passivamente.

Podemos estacar algumas críticas por parte de um conjunto de capoeiristas, em 2007. Neuber Costa afirma que “uma série de entraves, atrasos e falta de informação geraram desconforto e descontentamento entre os capoeiras contemplados no projeto” (2010, p. 296). É representativa uma carta publicada por um grupo de capoeiristas, com o título *Manifesto do Capoeira Viva 2007*¹⁶. Neste documento, alguns capoeiristas expressam de forma positiva a

¹⁴ Processo nº 01450.002863/2006-80, Parecer nº 031/08, *Registro da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil*.

¹⁵ A fala do secretário Juca Ferreira foi publicada em 2007, em revista de divulgação de algumas ações dos resultados do Edital Capoeira Viva 2006.

¹⁶ Disponível em <http://consorcio cultural.blogspot.com.br/2009/04/comunidade-de-capoeira-e-conhecedores.html>, acesso em 30 de junho de 2016.

leitura de que o Programa é uma nova maneira de se fazer política pública, reconhecendo a preocupação com a facilitação do acesso, reconhecendo a tradição oral da capoeira e elogiam a versão anterior, no entanto lamentam a dificuldade de acesso aos resultados e apresentam críticas ao segundo edital. O Manifesto assinalava o atraso no pagamento das parcelas do prêmio (a primeira com 150 dias de atraso e a segunda até o momento do Manifesto, não havia sido paga), falta de diálogo e os gastos não previstos.

Coetâneo aos editais de fomento teve início, em 2006, o inventariamento da capoeira, visando ao reconhecimento como patrimônio cultural imaterial do Brasil, sendo aprovado, em 2008, pelo Conselho Consultivo do IPHAN. A capoeira inaugura o registro em dois livros: *A Roda de Capoeira*, no Livro de Registro das Formas de Expressão; e *O Ofício dos Mestres de Capoeira*, no Livro de Registro dos Saberes.

O “duplo” registro teve como justificativa seu caráter extremamente “multifacetado e multidimensional”. Segundo os coordenadores do inventário, foi difícil definir em qual livro recomendar o registro (Cid, 2010). Estabeleceu-se a roda de capoeira como lugar onde os seus diversos aspectos (movimentos, golpes, músicas, materialidade dos instrumentos) surgem, sendo “elemento estruturante fundamental da capoeira”, segundo o parecer¹⁷. O “ofício do mestre de capoeira” foi valorizado no pedido como um reconhecimento da tradição oral presente no ensino e na consideração do constante risco de perda do controle da transmissão. Uma das justificativas que mais chama a atenção no dossiê de reconhecimento é considerar os mestres como “patrimônio vivo”. Eles são descritos como inseridos numa dinâmica contraditória e perversa, onde a capoeira se expande ao mesmo tempo em que muitos de seus mestres vivem em situação de pobreza.

Análises iniciais sobre o registro da capoeira como patrimônio cultural chamam a atenção para o fato de que o processo de patrimonialização recebeu leituras e julgamentos diferenciados (Vassallo, 2008; Cid, 2010 e 2012), enquanto outras apontavam para o modo como o registro trazia novas possibilidades para seus praticantes (Vieira, 2012; Fonseca, 2014; Adinolfi, 2015). As ações para a capoeira foram neste sentido organizadas segundo forte expectativa da comunidade de capoeiristas. Uma vez reconhecida como patrimônio cultural imaterial, deu-se início ao processo de salvaguarda. O processo de salvaguarda pode ser dividido em três momentos: ações do *Pró-capoeira*; *candidatura enquanto patrimônio cultural da humanidade*; e descentralização e *criação dos Conselhos de Mestres*.

¹⁷ Processo nº 01450.002863/2006-80, Parecer nº 031/08, Registro da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil.

Nos processos de inventário é comum se definirem pontos de salvaguarda. No caso da capoeira, a equipe técnica, a partir das informações coletadas nos encontros públicos realizados nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Recife, elencou no dossiê alguns pontos:

1. Reconhecimento do notório saber do mestre de capoeira; 2. Plano de previdência especial para os velhos mestres de capoeira; 3. Estabelecimento de um programa de incentivo da capoeira no mundo; 4. Criação de um centro nacional de referências da capoeira; 5. Plano de manejo da biriba e outros recursos; 6. Fórum da capoeira; 7. Banco de histórias de Mestres de capoeira; 8. Realização de inventário da capoeira em Pernambuco. (IPHAN, 2007)

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, criado pelo Decreto-Lei 3.551 de 2000, juntamente com o instrumento do registro que permite o reconhecimento de patrimônios culturais imateriais, define que os bens registrados devem passar por um processo de salvaguarda. O decreto também determina que a participação da comunidade de detentores deve ser valorizada neste processo¹⁸. Neste sentido, a partir das recomendações do dossiê, o IPHAN deveria organizar uma agenda de proteção ao bem, entendendo que este processo deve estar em diálogo com seus detentores. Como ação inicial, em 2009, o Ministério da Cultura instituiu, por meio de portaria¹⁹, o *Grupo de trabalho Pró-Capoeira – GTPC* – visando à estruturação das bases do *Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira – Programa Pró-Capoeira*. Este Programa centralizou no *Departamento de Patrimônio Imaterial* do IPHAN, em Brasília, as ações em todo o Brasil, e apresentava uma agenda de política participativa.

Ainda em 2009 houve o *Encontro de Mestres de Capoeira*, em Brasília, no âmbito das comemorações dos 21 anos da Fundação Palmares, com representantes do IPHAN. Lançado em junho de 2010, o edital *Apoio à Formulação e implantação do Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira – Pró-Capoeira* constituiu-se na primeira fase da implantação do Programa, com a realização de concurso para contratação de Organização da Sociedade Civil de Interesse público – Oscip²⁰. Recursos na ordem de R\$ 285.342,00

¹⁸ Segundo Salama e Vianna (2012) o PNPI compreende três etapas complementares: a identificação e documentação de expressões culturais tradicionais, realizadas possivelmente a partir do INRC; a instauração do processo de instrução e registro com a ampliação da documentação sobre o bem, incluindo recomendações para a salvaguarda; e a formulação do plano de salvaguarda e criação de conselhos gestores para o encaminhamento das ações. As autoras apontam três condições que, conjuntas, favorecem o bom andamento da salvaguarda: a condução do registro voltada para a salvaguarda; a mobilização e participação dos detentores no processo; e o aparecimento de “atores-chave que se apropriam da política e, com o passar do tempo, assumem posições de liderança ou mediação” (Salama e Vianna, 2012, p. 82).

¹⁹ Portaria nº 48, de 22 de julho de 2009.

²⁰ Notícia de 6 de julho de 2010, *Programa Pró-Capoeira, Chamada Pública de currículos para o Pró-Capoeira*, publicada na página do Ministério da Cultura, <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2958/chamada-publica-pro-capoeira>, acesso em 15 de julho de 2016.

permitiriam a realização de encontros nas cidades de Recife, Rio de Janeiro e Brasília, e a realização do *Cadastro Nacional da Capoeira*, tendo dez consultores especialistas no campo da capoeira para subsidiar a implantação das políticas regionalmente. Os encontros contaram com a participação de mais de 900 capoeiristas, com grupos de trabalho em seis eixos temáticos²¹ onde se discutiam temas de interesse do campo da capoeira. O IPHAN destacou a “enorme diversidade de realidades e contextos da Capoeira no Brasil”, o que impactou na decisão de posteriormente buscar ações descentralizadas a partir de suas superintendências estaduais com mais proximidade da comunidade da capoeira²².

Os encontros em Recife, Rio de Janeiro e Brasília facilitaram a diálogo entre o IPHAN e os capoeiristas, sendo esclarecidos alguns pontos contidos na salvaguarda do dossiê que se entendiam como inviáveis. Sobre a questão previdenciária, tema de interesse de muitos capoeiristas, foi anunciada a inviabilidade da criação de uma “aposentadoria especial” para os mestres com idade avançada e em situação de vulnerabilidade social. Em circular, o IPHAN admitia a inconstitucionalidade da criação de aposentadoria para uma categoria específica, após consulta ao Ministério da Previdência Social e ao Instituto Nacional do Seguro Social, órgão que recomendou a formalização da atividade profissional, com os recolhimentos cabíveis.

Como resposta à demanda de atenção à situação de mestres em situação de pobreza material, foi anunciado, como um paliativo, no encontro do Rio de Janeiro, o *Edital Viva Meu Mestre*, com a proposta de conferir 100 prêmios de R\$ 15.000,00 a mestres com idade superior a 55 anos e com trajetória de contribuição à capoeira.

Houve críticas de capoeiristas também ao *Pró-Capoeira*, sendo destacada a dificuldade do IPHAN em lidar com a multiplicidade dos projetos para a capoeira, especialmente nas ações de formalização do ensino. Na tentativa de elaborar as críticas houve a organização de um encontro de capoeiristas no *Forte da Capoeira*²³, em Salvador, em setembro de 2010, onde foi redigido o *Manifesto da Bahia*²⁴, com agudas críticas ao *Pró-capoeira*. Três pontos de discordância com o encaminhamento do encontro que ocorreu em Recife foram descritos: a

²¹ Capoeira e Políticas de Financiamento; Capoeira, Profissão, Organização Social e Internacionalização; Capoeira e Educação; Capoeira, Esporte e Lazer; Capoeira e Políticas de Desenvolvimento Sustentável; Capoeira Identidade e Diversidade.

²² Informações retiradas do Despacho n. 22/2016 – CGSG/DPI, Brasília, 29 de abril de 2016, disponível em http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/470362/RESPOSTA_PEDIDO_MoacirBarbosadaSilva.pdf, acesso em 18 de agosto de 2016.

²³ Após reforma iniciada no final da década de 1990 e finalizada em 2006, o *Forte de Santo Antônio Além do Carmo* é hoje administrado pelo IPAC e o Governo do Estado da Bahia, e com o nome *Forte da Capoeira – Centro de Referência, Pesquisa e Memória da Capoeira da Bahia* abriga grupos de capoeira.

²⁴ Disponível como Anexo em Cid (2016).

forma de definição dos participantes, por não estar explícita a metodologia de escolha deles; o encaminhamento das discussões nos Grupos de Trabalho (GTs), cujos textos finais não passaram em plenária final; e algumas das propostas apresentadas pelos GTs, por entenderem que não possuíam consenso na comunidade da capoeira. Novamente, as tensões entre as tentativas de formalização da capoeira emergem como um questionamento.

A partir de 2013, as ações foram descentralizadas, seguidas pela criação dos *Conselhos de Mestres* em alguns estados, seguindo política mais ampla do Minc de descentralização, já no governo da presidenta Dilma Rousseff. A criação dos Conselhos de Mestres teve inspiração na experiência em Minas Gerais, onde, em 2011, foram realizadas reuniões mensais na Superintendência do IPHAN em Belo Horizonte, a partir da demanda de capoeiristas. Ainda em 2012, foi criado o Conselho de Mestres de Capoeira de Minas Gerais²⁵. No Rio de Janeiro, em 2013, realizaram-se as primeiras reuniões com capoeiristas, técnicos do IPHAN, do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) e pesquisadores especialistas no tema da capoeira. Nas reuniões havia o propósito de participação e incremento do diálogo com capoeiristas para o encaminhamento das propostas de salvaguarda.

Acompanhei neste momento a implementação do Conselho de Mestres no estado do Rio de Janeiro e foi possível perceber críticas por parte da comunidade quanto à forma como vinha sendo efetivada a política. Após algumas conversas, um grupo de capoeiristas preparou uma carta pública endereçada ao IPHAN com o título *Carta/Manifesto dos Movimentos Populares de Capoeira Angola do RJ*²⁶. Nela, os autores solicitavam esclarecimentos sobre o processo em curso, alegando especialmente o “direito à informação”, e exigiam a participação no processo de salvaguarda. Os autores marcavam a interpretação de não representatividade, mesmo reconhecendo a presença de capoeiristas no *Grupo de Trabalho da Capoeira* do IPHAN-RJ²⁷. Cabe ressaltar que A Carta/Manifesto não se coloca contrária à política, mas evidencia a insatisfação com a representatividade e o acesso à informação.

Neste momento, a criação do *Conselho de Mestres da Capoeira no Rio de Janeiro* foi apresentada, por parte do *Grupo de Trabalho da Capoeira* do IPHAN-RJ, como ferramenta para participação dos mestres na tomada de decisão. O Conselho foi exposto como uma

²⁵ Sobre avanços e dificuldades na criação do Conselho de Mestres de Capoeira de Minas Gerais, ver Moreira e Vieira (2014).

²⁶ Ver Anexo em Cid (2016).

²⁷ O *Grupo de Trabalho da Capoeira* do IPHAN-RJ, oficializado em dezembro de 2013 com a publicação da Portaria nº. 066/2013, era formado por seis mestres de capoeira, capoeiristas, professores universitários e técnicos do IPHAN, da Fundação Palmares e do INEPAC.

possibilidade de representatividade para o amplo universo da capoeira do estado do Rio de Janeiro. Foram escolhidos trinta titulares e trinta suplentes em seis reuniões nas diferentes regiões do estado. O Conselho tomou posse em cerimônia no Theatro Municipal, em junho de 2014, na cidade do Rio de Janeiro. Ao longo do ano de 2015 houve um investimento na constituição de um regimento interno para o Conselho. Atualmente, não há informações públicas sobre atividades de salvaguarda para a capoeira no Rio de Janeiro²⁸. Segundo publicação do IPHAN, todas as superintendências estão com atividades de Salvaguarda em implementação ou implementadas, e buscam organizar coletivos deliberativos, formados prioritariamente por capoeiristas, com formatos definidos por eles (Alencar, 2017). Estes coletivos se denominam como grupos de trabalho, fóruns, conselhos ou comitês gestores e os participantes não são remunerados²⁹. No entanto, não há informações de atividades ou contato destes coletivos na página eletrônica do IPHAN sobre a capoeira³⁰.

Em fevereiro de 2012, o IPHAN lançou a *Campanha de apoio à Candidatura da Roda de Capoeira à lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade*, por parte da UNESCO. Esta candidatura deve ser encaminhada pelo Estado membro que esteja interessado, juntamente com a produção da documentação de candidatura e a anuência da comunidade detentora. No caso da capoeira, a anuência pautou-se em uma petição pública³¹, assinada por 1.589 pessoas, e nos debates ocorridos nos encontros do *Pró-Capoeira*. O texto da campanha valorizava a importância da ação na agenda para a capoeira por parte do Estado brasileiro, destacando o impacto do reconhecimento de uma instituição como a UNESCO.

No processo de candidatura encaminhado à UNESCO destaca-se a participação da comunidade de capoeiristas na implementação da salvaguarda em curso. O processo elenca as seguintes ações: 1. Promoção de mobilização e articulação de comunidades e grupos de detentores; 2. Realização da articulação institucional e política integrada; 3. Apoio à criação e/ou manutenção de coletivo deliberativo e elaboração de Plano de Salvaguarda; 4. Formação de gestores para a implementação e gestão de políticas patrimoniais³².

²⁸ A página <http://salvuardadacapoeiradorio.blogspot.com/>, onde havia informações sobre as atividades da salvaguarda não se encontra mais disponível para acesso público.

²⁹ Marília Amaral (2019, p. 36-38) apresenta um panorama da situação destes coletivos em maio de 2018.

³⁰ <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/66>, acesso em 25 de agosto de 2020.

³¹ *Abaixo-assinado Campanha de apoio à Candidatura da Roda de Capoeira à Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade*. Disponível em www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=IPHAN, acesso em 20 de agosto de 2016.

³² Informações retiradas de texto de divulgação fornecido pelo Departamento do Patrimônio Imaterial – IPHAN.

O documento enviado à UNESCO segue linhas muito próximas às ações em curso na salvaguarda. O reconhecimento por parte da UNESCO ocorreu em outubro de 2014. A leitura possível desta ação é a de que o reconhecimento como patrimônio cultural imaterial da humanidade, por parte da UNESCO, não traz mudança significativa à política que já vinha em curso.

Algumas conclusões

É plausível afirmar que houve aproximação das políticas públicas para a cultura com a capoeira nos governos Lula e Dilma Roussef. Esta aproximação pode ser pensada dentro de uma mudança de perspectiva que visava à ampliação do reconhecimento de bens da memória e cultura afro-brasileira nas políticas de patrimônio. Ainda que não tenha produzido um impacto significativo no conjunto de bens na esfera do tombamento³³, no que cabe aos de caráter imaterial os bens associados aos povos e comunidades de matriz africana possuem representatividade em seu conjunto de forma mais igualitária, especialmente por conta das políticas implementadas a partir de 2003 (Cid, 2019a). Vale ressaltar que, além da capoeira, outros bens de matriz africana foram registrados como de patrimônio cultural imaterial: Samba de Roda do Recôncavo Baiano (2004), Ofício das Baianas de Acarajé (2005), Jongo do Sudeste (2005), Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: partido alto, samba de terreiro e samba-enredo (2007), Tambor de Crioula (2007), Complexo Cultural do Bumba-meu-Boi do Maranhão (2010), Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim (2014), Maracatu Nação e Maracatu baque solto (2014), Cavalo Marinho (2014), Caboclinho (2014), e o Sistema Agrícola Tradicional das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira (2018).

Embora seja difícil, no espaço deste artigo, uma interpretação de um quadro mais amplo das políticas do momento em análise, entendo que a valorização de setores antes desprivilegiados nas políticas culturais se deve à maior liberdade do ministro Gilberto Gil e de seu sucessor, Juca Ferreira, para implementarem ações mais agressivas na busca por ampliação

³³ Destaque para o aumento do número de terreiros tombados, especialmente no período estudado: Terreiro da Casa Branca (1986), Terreiro do Axé Opô Afonjá (2000), Terreiro Casa das Minas Jeje (2005), Terreiro de Candomblé Ilê Iyá Omim Axé Iyamassé (Gantois) (2005), Terreiro de Candomblé do Bate-Folha (2005), Terreiro do Alaketo, Ilê Maroiá Láji (2008), Terreiro de Candomblé Ilê Axé Oxumaré (2014), Terreiro Culto aos ancestrais – Omo Ilê Agbôulá (2015), Terreiro Zogbodo Male Bogun Seja Unde (Roça do Ventura) (2015), Terreiro Tumba Junçara da Nação Angola (2018), Terreiro Obá Ogunté – Sítio do Pai Adão (2018). Ver, Souza (2019) e (Cid, Souza e Vieira, 2019)

da cidadania³⁴. Estas políticas não ocorrem em sentido único, conjecturando demandas há décadas postas no espaço público³⁵.

O conceito de “cidadania patrimonial”, como proposto por Manuel Ferreira Lima Filho, nos permite uma reflexão sobre a participação dos capoeiristas nas políticas de patrimonialização. Para o autor, este conceito diz respeito à capacidade das comunidades de construir “estratégias de interação” com as políticas patrimoniais (Lima-Filho, 2015). A busca dos capoeiristas por maior participação e controle das políticas para sua prática sugere capacidades de se apropriarem e demandarem às ações em curso, em função de projetos próprios e de articulação coletiva.

Tenho como conclusão que a aproximação das políticas públicas com a capoeira aponta para limites de difícil superação, ainda que signifique um efetivo avanço no sentido de ampliação do Estado no universo da capoeira. O processo de salvaguarda da capoeira chama a atenção especialmente para a tensão que a oralidade e processos informais trazem para o contato com o aparato burocrático, este nem sempre sensível a outras formas de nomeação ou organização. Para além desta observação, comum a outras práticas, ressalto a dificuldade em lidar com a diversidade existente com disputas próprias ao campo da capoeira. Como apontei no início deste artigo, há diversos projetos para a capoeira. Estes projetos evidentemente se constituem em tensões e disputas e atuam na construção de resultantes possíveis, impactando na definição de identidades e reforçando desejos e projeções coletivas. A burocracia para o patrimônio precisou lidar com essa diversidade e seus diferentes projetos. A efetivação das políticas indica certa dificuldade institucional em trabalhar com uma prática tão múltipla e heterogênea, ainda que as reconheça. No entanto, a receptividade das políticas e a busca por participação significam avanços no sentido de ampliação da cidadania e significativo incremento no conjunto dos bens operados como patrimônio cultural no Brasil.

³⁴ Domingues e Lopes (2014), na chave de interpretação do “presidencialismo de coalizão”, como pensado por Argelina Figueiredo e Fernando Limongi (1998), fazem uma avaliação do Minc, na gestão PT, no intrincado jogo político entre o carisma e a coalizão, tendo pouco valor no mercado de negociação devido ao baixo orçamento que movimenta, mas com forte possibilidade de ganho político, dada a capilaridade do universo do simbólico. O primeiro mandato de Dilma Rousseff, no que concerne ao Minc, aponta para um esgotamento das ações iniciadas na gestão anterior, assim como um retrocesso na centralidade das políticas culturais no cenário do governo federal, mas que recebe pequeno ganho político com a entrada de Marta Suplicy no comando da pasta. Ver Cid (2016).

³⁵ Ver Santos (2005).

Referências

- ADNOLFI, Maria Paula Fernandes. **A capoeira como patrimônio**: desafios da patrimonialização de uma prática cultural maior que a 'Cultura'. *Uma coleção biográfica: os mestres Pastinha Bimba e Cobrinha Verde no Museu Afro-Brasileiro da UFBA*. Salvador: UFBA, 2015.
- ALENCAR, Rivia Ryker Bandeira de. **Salvaguarda da Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira**: apoio e fomento. Brasília: IPHAN, 2017.
- ALMEDA, Silvio L. de **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALVES, Elder P. Maia. **O lugar das culturas populares no sistema Minc**: O sertão e a institucionalização das políticas culturais para as culturas populares. *Políticas culturais para as culturas populares no Brasil contemporâneo*. Maceió: EDUFAL, 2011.
- AMARAL, Marília. **Sentidos e relações em torno de práticas de salvaguarda da capoeira**. Dissertação (mestrado), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 8ª edição, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP, Porto Alegre, Zouk, 2007.
- BRAGA, Geslline Giovanna. **A capoeira da roda, da ginga no e mandinga na salvaguarda**. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, 2016.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CALABRE, Lia. **Notas sobre os rumos das políticas culturais no Brasil nos anos 2011-2014**. *Políticas culturais no governo Dilma*. Salvador: UFBA, 2015.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Por uma história da Noção de Patrimônio Cultural no Brasil**. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, 2011.
- CID, Gabriel da Silva Vidal. **O registro da capoeira como patrimônio cultural do Brasil**: um estudo de caso das políticas recentes de preservação do IPHAN. Monografia (graduação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.
- CID, Gabriel da Silva Vidal. **A capoeira como patrimônio cultural**: na roda da memória quem inscreve identidades?. *A Política do Intangível*. Salvador: UFBA, 2012.
- CID, Gabriel da Silva Vidal. **A memória como projeto**: tensões e limites no processo de patrimonialização da capoeira. Tese (doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.
- CID, Gabriel da Silva Vidal. **Projetos para a capoeira**: contribuições para pensar sua identidade, *Revista Íbamó* (no prelo) 2019.

- CID, Gabriel da Silva Vidal. **Políticas para o patrimônio cultural afro-brasileiro**: algumas interpretações acerca do registro da capoeira e de tombamentos de terreiros de candomblé. *19º Congresso Brasileiro de Sociologia*, 2019a.
- CID, Gabriel da Silva Vidal, SOUZA, Luciane Barbosa de, VIEIRA, Sandra Regina Fabiano do Rosário. **Tombamento de Terreiros de Candomblé**: algumas questões iniciais sobre o caso do estado do Rio de Janeiro. In X Seminário Internacional de Políticas Culturais, Rio de Janeiro: FCRB, 2019.
- COSTA, Neuber Leite. **Capoeira, trabalho e educação**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal da Bahia, 2007.
- COSTA, Neuber Leite. **De ato marginal a patrimônio Imaterial**: análise das políticas culturais para a capoeira. *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador, UFBA, 2010.
- DIAS, Luiz Sérgio. **Quem tem medo da capoeira? 1890-1904**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1993.
- DIAS, Luiz Sérgio. **Da "Turma da Lira" ao Cafajeste**. A sobrevivência da capoeira no Rio de Janeiro na Primeira República, Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.
- DOMINGUES, João Luiz Pereira. **Programa Cultura Viva: políticas culturais para a emancipação das classes populares**. Rio de Janeiro: Luminária Academia/Multifísico, 2010.
- DOMINGUES, João Luiz Pereira; LOPES, Guilherme. **Ministério da Cultura**: entre o carisma e a coalizão. *Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, n. 14, jan/jun, 2014.
- DOMINGUES, José Maurício. **Interpretando a Modernidade: imaginário e instituições**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- DOMINGUES, José Maurício. **Global Modernity**: Levels of analysis and conceptual strategies. *Social Science Information*, 2014.
- DÓRIA, Carlos Alberto. **Os federais da Cultura**. São Paulo: Biruta, 2003.
- EISENSTADT, S. N. **Modernidades Múltiplas**. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 35, 2001.
- FIGUEIREDO, Argelina, LIMONGI, Fernando. **Bases institucionais do presidencialismo de coalizão**. *Lua Nova*, n. 44, 1998.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **Da modernização à participação**: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n° 24, 1996.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências Culturais**: Base para novas políticas de patrimônio. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*, 2001.
- FONSECA, Vivian Luiz. **Capoeira sou eu**: memória, identidade, tradição e conflito, Dissertação. Dissertação (mestrado). Fundação Getúlio Vargas, 2009.
- FONSECA, Vivian Luiz. **A outra face da imaterialidade**: o registro e o inventário como meios de preservação de patrimônio cultural imaterial a partir do estudo de caso da capoeira. *Acervo*, v. 27, n. 2, jul/dez, 2014.

FRASER, N. & HONNETH, A. **Redistribution or Recognition: a Political Philosophical Exchange**. London: Verso, 2003.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente; disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IPHAN. **Dossiê: Inventário de Registro e Inventário da capoeira para reconhecimento como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil**. Brasília: IPHAN, 2007.

LAVALLE, Adrián Gurza. **Cidadania, Igualdade e diferença**. *Lua Nova*, n. 59, 2003.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **Cidadania Patrimonial**. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, Ano 19, 26(2), 2015.

MOREIRA, Priscila Soares de Paiva Campos; VIEIRA, Luiz Renato. **A participação social na formulação das políticas públicas para a capoeira em Minas Gerais**. *III Seminário Políticas para Diversidade Cultural*, 2014.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Diversidade e sentidos do patrimônio cultural: uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional**. *Ano 90*, v. 15, n. 27, julho, 2008.

SALAMA, Morena Roberto Levy; VIANNA, Letícia Costa Rodrigues. **Avaliação dos planos de salvaguarda de bens culturais e registrados como patrimônio imaterial brasileiro**. *Políticas culturais: pesquisa e formação*, São Paulo: Itaú Cultural, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012.

SANT'ANNA, Márcia, (org.). **O registro do patrimônio imaterial; dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**. IPHAN, 2012.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **O poder da cultura e cultura no poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil**. Salvador: UFBA, 2005.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Entre trocos e atabaques**. *Projeto Unesco no Brasil*, Salvador: UFBA, 2007.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro 1850-1890**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SOUZA, Luciane Barbosa. **O que não salvaguarda, o racismo leva: a pertença das comunidades de terreiro nos processos de tombamento do IPHAN**. Dissertação (mestrado), PPGPCS/UFRRJ: Nova Iguaçu, 2019.

TURINO, Célio. **Era uma vez o Programa Cultura Viva**. *Revista Observatório Itaú Cultural: OIC*, n. 15 (dez 2013/maio 2014), São Paulo: Itaú Cultural, 2013.

VAINER, Carlos Bernardo. **O Conceito de Atingido: uma revisão de debates e diretrizes**. IPPUR/UFRRJ, 2003.

VASSALLO, Simone Pondé. **Capoeira e intelectuais**: a construção coletiva da capoeira “autêntica”. *Revista Estudos Históricos*, nº 32/2003/2, 2003.

VASSALLO, Simone Pondé. **A capoeira como patrimônio imaterial: novos desafios simbólicos e políticos**. Paper. 32º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2008.

VIEIRA, Luiz Renato. **O jogo da capoeira**: corpo e cultura popular no Brasil. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

VIEIRA, Luiz Renato. **A capoeira e as políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial**: legitimação e reconhecimento de uma manifestação cultural de origem popular. **Capoeira em perspectivas**. Belo Horizonte: Tradição Planalto, 2012.

Recebido em 25/08/2020 | Aceito em 05/11/2020.



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional